

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS E A SUBORDINAÇÃO DA ESCOLA À
LÓGICA DO MERCADO: UMA ANÁLISE SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO**

¹Henrique Lacerda Nieddermeyer

²Montgomery Pastorelo Benites

³Samantha Santos

⁴Julia Zoccolaro Durigan

Resumo:

O presente estudo problematiza de que maneira as políticas educacionais neoliberais contribuem para a subordinação da escola à lógica do mercado, intensificando o processo de mercantilização da educação. O objetivo geral consiste em analisar os fundamentos teóricos, as transformações políticas e os impactos sociais decorrentes dessa relação entre educação e capitalismo contemporâneo. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em autores clássicos da sociologia crítica da educação, como Marx, Bourdieu, Althusser, Apple, Saviani e Mészáros. Os resultados indicam que a incorporação de princípios neoliberais, como eficiência, competitividade e performatividade, tem reconfigurado o papel da escola, orientando-a para a formação de mão de obra adaptada às exigências do mercado. Constatou-se ainda que esse processo amplia desigualdades educacionais, fragiliza a formação crítica e compromete a função social da educação como direito universal. Conclui-se que, apesar da hegemonia da lógica mercantil, a escola permanece como espaço de disputa, sendo possível construir práticas educativas contra-hegemônicas voltadas à emancipação e à transformação social.

Palavras-chave: Mercantilização da educação; Políticas educacionais; Neoliberalismo.

Introdução

Nas últimas décadas, as transformações econômicas, políticas e sociais impulsionadas pela consolidação do neoliberalismo têm provocado profundas

¹ Administrador. Mestre em Gestão do Conhecimento. Doutor em Direito. Docente da Universidade de Marília - UNIMAR. E-mail: henriquelacerda@unimar.br

² Enfermeiro. Mestre em Bioética. Doutorando em Bioética. Docente da Faculdade Honpar. E-mail: merobenites@gmail.com

³ Farmacêutica. Mestranda em Saúde. Secretária de Pós-graduação da Universidade de Marília - UNIMAR. E-mail: propos.samantha@unimar.br

⁴ Educadora Física, Mestre em Educação Física, Doutora em Educação Física. Docente da Universidade de Marília – UNIMAR. E-mail: juliadurigan@unimar.br

reconfigurações no campo educacional. A educação, historicamente concebida como direito social e instrumento de formação humana integral, passa a ser progressivamente orientada por princípios vinculados à lógica de mercado, tais como eficiência, competitividade e produtividade. Nesse contexto, observa-se a crescente incorporação de modelos gerenciais e de mecanismos de avaliação por desempenho, além da ampliação da participação do setor privado na oferta de serviços educacionais. Tais mudanças indicam um deslocamento do papel da escola, que deixa de ser compreendida prioritariamente como espaço de emancipação e cidadania para assumir uma função estratégica na formação de capital humano ajustado às demandas do sistema produtivo.

Diante desse cenário, emerge a seguinte problemática: de que maneira as políticas educacionais neoliberais têm contribuído para a subordinação da escola à lógica do mercado e para a intensificação da mercantilização da educação? Essa questão torna-se relevante à medida que evidencia tensões entre o caráter público da educação e sua crescente instrumentalização econômica, suscitando reflexões acerca dos impactos dessas transformações na organização escolar, na formação dos estudantes e na reprodução das desigualdades sociais. Assim, compreender esse fenômeno implica analisar não apenas as políticas educacionais em si, mas também os fundamentos teóricos que sustentam a relação entre educação e capitalismo, bem como suas implicações sociais mais amplas.

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar como as políticas educacionais neoliberais contribuem para a subordinação da escola à lógica do mercado, com ênfase no processo de mercantilização da educação. Para alcançar esse objetivo, o trabalho busca discutir os fundamentos teóricos da relação entre educação e capitalismo, examinar a ascensão das políticas neoliberais no campo educacional, compreender a reconfiguração da escola diante da lógica mercadológica e refletir sobre as implicações sociais e educacionais desse processo, especialmente no que se refere à desigualdade e à formação crítica dos sujeitos.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de obras clássicas e contemporâneas da sociologia da educação e da teoria crítica. O

estudo apoia-se em autores como Marx, Althusser, Bourdieu e Passeron, que oferecem bases para a compreensão da educação como espaço de reprodução social, bem como em teóricos como Apple, Ball, Harvey, Saviani, Gentili e Mészáros, que analisam as transformações recentes associadas à hegemonia neoliberal. A escolha por esse percurso metodológico justifica-se pela necessidade de articular diferentes contribuições teóricas que possibilitem uma análise crítica e abrangente do fenômeno em questão.

Como principal hipótese, parte-se da compreensão de que a incorporação de princípios neoliberais nas políticas educacionais tem contribuído para a redefinição do papel da escola, subordinando-a à lógica do mercado e transformando a educação em mercadoria. Tal processo tende a reforçar desigualdades sociais, ao privilegiar modelos educacionais orientados pela capacidade de consumo e pelo desempenho mensurável, em detrimento de uma formação crítica e emancipadora. Nesse sentido, a escola passa a operar sob tensões entre sua função social e sua instrumentalização econômica, configurando-se como espaço de disputa entre diferentes projetos de sociedade.

Portanto, conclui-se que, embora a lógica mercantil tenha se consolidado como elemento dominante na organização das políticas educacionais contemporâneas, a educação não se reduz a essa dimensão, permanecendo como campo de possibilidades para a construção de práticas contra-hegemônicas. Dessa forma, o presente estudo busca contribuir para o aprofundamento do debate sobre os limites e as possibilidades da educação em contextos marcados pela hegemonia neoliberal.

1. Fundamentos teóricos da relação entre educação e capitalismo

A relação entre educação e capitalismo constitui um dos eixos centrais da tradição crítica na Sociologia da Educação, permitindo compreender a escola como uma instituição inserida nas dinâmicas históricas e materiais da sociedade. Nessa perspectiva, a educação não pode ser analisada de forma isolada, mas como parte de uma totalidade social estruturada pelas relações de produção. Conforme afirma Marx, “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral” (Marx, 2013, p. 201), evidenciando, em citação direta, a centralidade da economia na organização

social. De forma indireta, compreende-se que a educação, ao se desenvolver no interior do capitalismo, tende a refletir suas contradições, atuando simultaneamente como espaço de formação humana e como mecanismo de reprodução das estruturas sociais.

A contribuição de Althusser amplia essa análise ao situar a escola como um dos principais aparelhos ideológicos do Estado, responsável pela reprodução das condições de produção. Segundo o autor, “a escola é o aparelho ideológico dominante nas formações sociais capitalistas” (Althusser, 1985, p. 79), o que demonstra, em citação direta, sua função estratégica na manutenção da ordem social. Indiretamente, pode-se afirmar que, ao transmitir conteúdos e valores considerados legítimos, a escola contribui para a internalização da ideologia dominante, formando sujeitos adaptados às exigências do sistema capitalista. Nesse sentido, a educação assume um papel que ultrapassa a simples transmissão de conhecimento, tornando-se um instrumento de regulação social e de conformação ideológica.

No âmbito da reprodução das desigualdades, Bourdieu e Passeron (2014), oferecem uma contribuição fundamental ao evidenciar os mecanismos simbólicos presentes no sistema educacional. Para os autores, “toda ação pedagógica é, objetivamente, uma violência simbólica enquanto imposição de um arbitrário cultural” (Bourdieu; e Passeron, 2014, p. 47), o que explicita, em citação direta, o caráter não neutro da educação. De forma indireta, entende-se que a escola privilegia determinados capitais culturais, geralmente associados às classes dominantes, o que dificulta a trajetória escolar de estudantes oriundos de contextos populares. Assim, a educação contribui para legitimar desigualdades sociais ao transformar diferenças estruturais em supostas diferenças de mérito individual.

A centralidade do trabalho na análise da relação entre educação e capitalismo também se mostra fundamental para compreender o papel formativo da escola. Marx destaca que, no capitalismo, o trabalho assume uma forma alienada, na qual o trabalhador é separado do produto de sua atividade. Em citação direta, o autor afirma que “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz” (Marx, 2013, p. 111), revelando a contradição estrutural do sistema. Indiretamente, pode-se inferir que a educação, ao preparar os

indivíduos para o mercado de trabalho, tende a reproduzir essa lógica, formando sujeitos para se inserirem em relações produtivas marcadas pela exploração. Dessa forma, a escola contribui para a manutenção da divisão social do trabalho, reforçando hierarquias e desigualdades.

A incorporação da lógica capitalista no campo educacional também se manifesta na adoção de princípios gerenciais e na valorização de competências voltadas à empregabilidade. Apple destaca que “as escolas estão sendo reorganizadas de acordo com princípios empresariais, enfatizando resultados mensuráveis e desempenho” (Apple, 2005, p. 45), evidenciando, em citação direta, a influência da racionalidade neoliberal. De forma indireta, percebe-se que essa tendência reduz a educação a um instrumento de formação de capital humano, alinhando-a às demandas do mercado. Nesse contexto, aspectos como a formação crítica, a cidadania e a emancipação tendem a ser secundarizados, reforçando a subordinação da escola à lógica econômica.

Apesar desse cenário, a educação também pode se constituir como espaço de resistência e transformação social, especialmente quando orientada por perspectivas críticas. Nesse sentido, Saviani (2008) contribui ao destacar o caráter contraditório da educação na sociedade capitalista, marcada por tensões entre reprodução e transformação. Segundo o autor, “a educação é determinada pela sociedade, mas também pode influenciá-la” (Saviani, 2008, p. 75), o que evidencia sua natureza dialética. De forma indireta, entende-se que a escola é um espaço de disputa entre diferentes projetos de sociedade, podendo tanto reforçar quanto questionar a ordem vigente. Essa compreensão amplia a análise da educação, reconhecendo seus limites estruturais, mas também suas potencialidades transformadoras.

Nesse sentido, a reflexão sobre os fundamentos teóricos da relação entre educação e capitalismo aponta para a necessidade de superação da lógica estritamente mercadológica que tem orientado as políticas educacionais contemporâneas. Mészáros (2008, p. 27), afirma que “a educação para além do capital deve romper com a lógica da reprodução e afirmar-se como prática de liberdade”, destacando a urgência de uma nova concepção de educação. Indiretamente, pode-se afirmar que a construção de uma educação emancipadora exige o questionamento das estruturas sociais existentes e a

valorização de práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social. Dessa forma, a educação pode se consolidar como um instrumento fundamental na construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

2. A ascensão das políticas educacionais neoliberais

A ascensão das políticas educacionais neoliberais constitui um fenômeno central para a compreensão das transformações recentes no campo da educação, especialmente a partir das últimas décadas do século XX. Esse movimento está diretamente relacionado à consolidação do neoliberalismo como racionalidade dominante na organização das políticas públicas, redefinindo o papel do Estado e promovendo a centralidade do mercado como instância reguladora.

Conforme destaca Harvey (2008, p. 12), “o neoliberalismo é, antes de tudo, uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido pela maximização das liberdades empreendedoras”, destacando assim, a base ideológica que sustenta essas políticas. Compreende-se, nesse sentido, que a educação passa a ser reconfigurada nesse contexto, sendo orientada por princípios econômicos que priorizam eficiência e competitividade em detrimento de sua função social.

Nesse cenário, observa-se a incorporação de princípios gerenciais no campo educacional, caracterizando o que diversos autores denominam de nova gestão pública. Essa abordagem introduz práticas típicas do setor privado, como metas, indicadores de desempenho e avaliação por resultados, redefinindo a organização e a gestão das instituições educacionais. Segundo Ball (2005, p. 548), “as políticas educacionais contemporâneas estão profundamente marcadas pela cultura da performatividade, na qual o desempenho se torna o principal critério de valor”, evidenciando a centralidade das métricas na regulação educacional. Indiretamente, pode-se afirmar que essa lógica promove a padronização dos processos educativos e reduz a autonomia dos profissionais da educação, que passam a atuar sob forte pressão por resultados mensuráveis.

A influência dos organismos internacionais também desempenha papel decisivo na difusão das políticas educacionais neoliberais em escala global. Instituições como o Banco Mundial e a OCDE têm atuado na formulação de diretrizes que orientam reformas educacionais em diversos países,

especialmente aqueles em desenvolvimento. Conforme afirma Dale (2004, p. 430), “as políticas educacionais nacionais estão cada vez mais moldadas por uma agenda globalmente estruturada”, deixando evidenciada a crescente interdependência entre os contextos nacionais e internacionais. Percebe-se assim, que essa influência contribui para a homogeneização das políticas educacionais, muitas vezes desconsiderando as especificidades culturais, sociais e econômicas de cada país.

A lógica da avaliação em larga escala constitui outro elemento central na consolidação das políticas educacionais neoliberais. Sistemas de avaliação padronizados passam a ser utilizados como instrumentos de controle e regulação, orientando decisões políticas e administrativas no campo educacional. De acordo com Freitas (2012, p. 389), “a avaliação externa em larga escala tem sido utilizada como mecanismo de controle do trabalho pedagógico, subordinando-o a metas e indicadores”. O que demonstra o caráter regulador dessas práticas. Nesse preâmbulo, pode-se inferir que essa lógica contribui para a redução da complexidade do processo educativo, ao privilegiar resultados quantitativos em detrimento de aspectos qualitativos da formação.

A ascensão das políticas neoliberais implica a redefinição do papel do Estado na educação, que passa de provedor direto para regulador e avaliador. Nesse contexto, observa-se a ampliação da participação do setor privado na oferta de serviços educacionais, bem como a adoção de parcerias público-privadas. Gentili (1996, p. 23), afirma que “o neoliberalismo promove a redefinição do papel do Estado, transferindo responsabilidades para o mercado e para a sociedade civil”. O autor destaca a lógica de desresponsabilização estatal, cuja mudança contribui para a mercantilização da educação, transformando-a em um serviço sujeito às leis da oferta e da demanda.

A introdução da lógica da competitividade no campo educacional também merece destaque, uma vez que promove a comparação constante entre instituições, estudantes e sistemas de ensino. Rankings, indicadores e avaliações internacionais passam a orientar políticas e práticas educacionais, reforçando a ideia de que a qualidade da educação pode ser medida por desempenho. Segundo Apple (2005, p. 67), “a educação tem sido cada vez mais tratada como um bem privado, sujeito à lógica da competição e do consumo”, o

que demonstra a transformação da educação em mercadoria, intensificando desigualdades e favorecendo instituições e indivíduos com maior acesso a recursos.

Um outro fator a considerar está relacionado aos impactos dessas políticas sobre o trabalho docente, que passa a ser regulado por critérios de produtividade e desempenho. A intensificação do controle, associada à pressão por resultados, contribui para a precarização das condições de trabalho e para a perda de autonomia profissional. Conforme destaca Ball (2005, p. 552), “os professores são cada vez mais responsabilizados pelos resultados dos alunos, independentemente das condições em que trabalham”, caracterizando o crescente o processo de responsabilização individual, favorecendo o desgaste profissional e a desvalorização da carreira docente.

Portanto, a análise da ascensão das políticas educacionais neoliberais evidencia a necessidade de reflexão crítica sobre seus impactos e limites. Embora apresentadas como soluções para a melhoria da qualidade da educação, essas políticas frequentemente desconsideram as dimensões sociais, culturais e políticas do processo educativo. Nesse sentido, Saviani (2008, p. 80) afirma que “a educação não pode ser reduzida a um instrumento de ajuste às exigências do mercado, devendo ser compreendida como prática social comprometida com a formação humana”, o que evidencia a necessidade de uma perspectiva crítica, buscando a superação das limitações do modelo neoliberal, de modo a construir alternativas que reafirmem a educação como direito social e instrumento de transformação.

3. Mercantilização da educação e reconfiguração da escola

A mercantilização da educação configura-se como um dos fenômenos mais expressivos das transformações contemporâneas no campo educacional, evidenciando a crescente subordinação da escola à lógica do mercado. Esse processo implica a reconfiguração da educação como serviço ou produto, orientado por princípios econômicos como eficiência, competitividade e lucratividade. Conforme destaca Michael Apple (2005, p. 67), “a educação está sendo cada vez mais redefinida em termos de mercado, com ênfase em escolha, competição e resultados”. Nesse contexto, fica evidenciada a centralidade da

racionalidade mercadológica na qual a escola deixa de ser concebida prioritariamente como direito social, passando a operar segundo critérios empresariais que privilegiam a lógica do consumo e da produtividade.

A expansão do setor privado no campo educacional constitui um dos principais indicadores da mercantilização da educação, especialmente no ensino superior. A crescente presença de grandes grupos econômicos na oferta de serviços educacionais evidencia a transformação da educação em campo de investimento e acumulação de capital. Segundo Sguissardi (2015, p. 102), “a educação superior tem sido progressivamente integrada às estratégias de mercado, com forte presença de conglomerados educacionais”. Desta forma, salta aos olhos a financeirização do setor, comprometendo o caráter público da educação ao priorizar interesses econômicos em detrimento da formação crítica e do compromisso social.

A financeirização do ensino superior, por sua vez, representa uma etapa avançada da mercantilização, na qual instituições educacionais passam a operar segundo a lógica do capital financeiro. Nesse cenário, ações em bolsa, fusões e aquisições tornam-se práticas comuns, evidenciando a transformação da educação em ativo econômico. Conforme analisa Harvey (2008, p. 78), “o capital busca constantemente novos espaços de acumulação, e a educação tem se tornado um desses espaços”. O autor demonstra assim, a inserção da educação nas dinâmicas do capitalismo contemporâneo, ao subordinar as finalidades educacionais aos interesses do mercado financeiro, impactando diretamente a qualidade e a finalidade da formação oferecida.

Um ponto central nesse processo está associado à adoção de modelos gerenciais na administração escolar, inspirados na chamada nova gestão pública. Tais modelos introduzem práticas como metas, indicadores de desempenho, avaliação por resultados e controle de produtividade, aproximando a escola da lógica empresarial. De acordo com Stephen Ball (2005, p. 548), “a performatividade tornou-se uma tecnologia central na governança educacional contemporânea”. Nesse cenário, valoriza-se a centralidade do desempenho como critério de avaliação, contribuindo para a padronização do ensino e para a redução da autonomia pedagógica, uma vez que os profissionais da educação passam a ser avaliados com base em métricas quantitativas.

A transformação da educação em mercadoria também impacta profundamente a concepção de currículo, que passa a ser orientado por demandas do mercado de trabalho. Nesse sentido, observa-se a valorização de competências técnicas e habilidades consideradas úteis para a empregabilidade, em detrimento de uma formação crítica e humanística. Conforme argumentam Bourdieu e Passeron (2014, p. 164), “o sistema escolar contribui para reproduzir a estrutura social ao legitimar determinadas formas de cultura”. Portanto, destaca-se o papel do currículo na reprodução das desigualdades, afinal, compreende-se que a adequação do currículo às exigências do mercado reforça essa lógica, ao privilegiar saberes alinhados aos interesses econômicos dominantes.

A mercantilização da educação influencia diretamente a formação dos estudantes, que passam a ser concebidos como futuros trabalhadores e consumidores. A educação deixa de priorizar a formação integral do sujeito, concentrando-se no desenvolvimento de competências utilitaristas. Nesse sentido, Mészáros (2008, p. 45), afirma que “a educação sob o capital tende a formar indivíduos adaptados às exigências do sistema, limitando seu potencial crítico”, evidenciando a função adaptativa da educação. Indiretamente, percebe-se que essa orientação compromete a formação cidadã, ao reduzir o papel da escola à preparação para o mercado de trabalho.

O papel social da escola também é profundamente afetado por esse processo, uma vez que sua função pública e democrática é tensionada pela lógica mercadológica. A escola, que historicamente se constituiu como espaço de socialização, formação crítica e construção da cidadania, passa a ser orientada por critérios de eficiência e rentabilidade. Conforme destaca Saviani (2008, p. 80), “a educação não pode ser reduzida a um instrumento de adaptação às exigências do mercado, devendo cumprir sua função social de formação humana”, explicitando a necessidade de preservar o caráter público da educação, pois sua mercantilização compromete essa função, ao subordinar a escola aos interesses econômicos.

Portanto, a análise da mercantilização da educação e da reconfiguração da escola revela um cenário marcado por profundas contradições, no qual a educação oscila entre sua função social e sua instrumentalização pelo capital.

REVISTA CONVERGÊNCIA EM FOCO
Universidade de Marília

Embora a lógica de mercado tenha se consolidado como força dominante, persistem possibilidades de resistência e construção de alternativas.

4. Implicações sociais e educacionais: desigualdade, formação crítica e possibilidades de resistência

A mercantilização da educação produz implicações sociais e educacionais profundas, especialmente no que se refere à ampliação das desigualdades e à redefinição do papel da escola na sociedade contemporânea. Ao ser orientada pela lógica do mercado, a educação tende a privilegiar aqueles que possuem maior acesso a recursos econômicos e culturais, reforçando assimetrias já existentes. Conforme afirmam Bourdieu e Passeron (2014, p. 164), “o sistema de ensino contribui para reproduzir a estrutura das relações de força entre as classes”. Nesse contexto, destaca-se o papel da escola na legitimação das desigualdades, a qual contribui para transformar a educação em um bem acessível de maneira desigual, comprometendo o princípio de equidade.

Nesse contexto, a desigualdade educacional não se limita ao acesso, mas se estende às condições de permanência e às oportunidades de aprendizagem, afetando principalmente os grupos socialmente vulneráveis. A lógica de mercado tende a segmentar o sistema educacional, criando diferentes níveis de qualidade conforme a capacidade de pagamento dos estudantes. Segundo Gentili (1996, p. 25), “a educação deixa de ser um direito social para se transformar em um serviço regulado pela lógica da oferta e da demanda”. Desta forma, pode-se afirmar que esse modelo contribui para a exclusão educacional, uma vez que limita o acesso a uma educação de qualidade para parcelas significativas da população.

A formação crítica dos estudantes é profundamente impactada pela subordinação da escola à lógica mercadológica. A ênfase em competências técnicas e habilidades voltadas ao mercado de trabalho tende a reduzir o espaço para o desenvolvimento do pensamento crítico e da consciência social. Conforme destaca Apple (2005, p. 72), “a educação orientada pelo mercado tende a despolitizar o conhecimento, afastando-o de sua dimensão crítica”, o que evidencia os limites desse modelo, priorizando a adaptação ao sistema em detrimento da capacidade de questioná-lo.

A redefinição do papel da escola também se manifesta na transformação de sua função social, que passa a ser orientada por critérios de desempenho e produtividade. A escola deixa de ser concebida como espaço de formação

integral e de construção da cidadania, assumindo um papel funcional na preparação de mão de obra para o mercado. Segundo Saviani (2008, p. 80), “a educação deve ser entendida como prática social que visa à formação plena do indivíduo”. Diante desse cenário, torna-se fundamental discutir as possibilidades de resistência e construção de alternativas pedagógicas que reafirmem o caráter emancipador da educação. Nesse sentido, a pedagogia crítica oferece importantes contribuições para a superação da lógica mercadológica, ao enfatizar a formação de sujeitos autônomos e conscientes.

A construção da consciência crítica, por sua vez, constitui elemento central na resistência às formas de dominação presentes no sistema educacional. A educação, quando orientada por princípios emancipatórios, pode contribuir para o desenvolvimento de uma postura reflexiva e transformadora. Segundo (Mészáros, 2008, p. 27), “a educação deve ir além da lógica do capital, promovendo a formação de sujeitos capazes de questionar e transformar a realidade”, o que demonstra a necessidade de ruptura com o modelo dominante. Indiretamente, compreende-se que a educação crítica representa uma possibilidade concreta de enfrentamento das desigualdades e de construção de alternativas sociais mais justas.

Importa considerar o papel dos educadores na promoção de práticas pedagógicas contra-hegemônicas, capazes de tensionar a lógica mercantil. Os professores, enquanto agentes sociais, desempenham papel fundamental na mediação do conhecimento e na formação dos estudantes. Conforme destaca Giroux (1997, p. 29), “os professores devem ser vistos como intelectuais transformadores, comprometidos com a construção de uma sociedade democrática”, destacando a dimensão política da docência.

Nesse preâmbulo, as implicações sociais e educacionais da mercantilização da educação revelam a necessidade de repensar o papel da escola e das políticas educacionais na sociedade contemporânea. Embora a lógica de mercado tenha se consolidado como força dominante, persistem possibilidades de construção de uma educação comprometida com a justiça social e a formação integral.

Considerações finais

O presente estudo teve como ponto de partida a problemática que buscou compreender de que maneira as políticas educacionais neoliberais têm contribuído para a subordinação da escola à lógica do mercado, intensificando o processo de mercantilização da educação. Ao longo da análise, evidenciou-se que tais políticas não se limitam a promover ajustes administrativos ou pedagógicos, mas implicam uma reconfiguração estrutural do papel da educação na sociedade contemporânea. Nesse sentido, a escola passa a ser orientada por princípios econômicos que priorizam eficiência, competitividade e desempenho, em detrimento de sua função social de formação integral e emancipadora. Assim, a problemática proposta revelou-se pertinente ao evidenciar as tensões entre a educação como direito social e sua crescente instrumentalização pelo capital.

Em consonância com essa problemática, o objetivo geral do estudo consistiu em analisar como as políticas educacionais neoliberais contribuem para a subordinação da escola à lógica do mercado, com ênfase na mercantilização da educação. A partir desse direcionamento, foi possível compreender que a incorporação de práticas gerenciais, a ampliação da participação do setor privado e a centralidade das avaliações em larga escala configuram elementos-chave desse processo. Tais transformações indicam que a educação tem sido progressivamente alinhada às demandas do mercado de trabalho, reforçando sua função de formação de capital humano e reduzindo seu potencial crítico. Dessa forma, o objetivo proposto foi alcançado ao demonstrar como a lógica mercantil tem reorientado as políticas educacionais e impactado diretamente a organização e o funcionamento das instituições de ensino.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracterizou-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de autores clássicos e contemporâneos da sociologia crítica da educação. A utilização de referenciais teóricos como Marx, Althusser, Bourdieu e Passeron possibilitou compreender a educação como espaço de reprodução das relações sociais, enquanto contribuições de autores como Apple, Ball, Harvey, Saviani, Gentili e Mészáros permitiram analisar as transformações decorrentes da hegemonia neoliberal. Esse percurso metodológico mostrou-se adequado ao objetivo do estudo, uma vez que possibilitou uma abordagem crítica e aprofundada do

fenômeno investigado, articulando diferentes perspectivas teóricas para a compreensão da complexidade da relação entre educação e capitalismo.

Os resultados da análise indicam que a mercantilização da educação tem implicações significativas no campo social e educacional, especialmente no que se refere à ampliação das desigualdades. A lógica de mercado tende a segmentar o acesso à educação, privilegiando aqueles que dispõem de maiores recursos econômicos e culturais, ao mesmo tempo em que limita as oportunidades para grupos socialmente vulneráveis. Além disso, a ênfase em competências utilitaristas e na empregabilidade compromete a formação crítica dos estudantes, reduzindo a educação a um instrumento de adaptação às exigências do sistema produtivo. Nesse contexto, a escola perde parte de sua função social de promover a cidadania e a reflexão crítica, sendo progressivamente subordinada a interesses econômicos.

Outro aspecto relevante refere-se aos impactos dessas políticas sobre o trabalho docente, que passa a ser regulado por critérios de produtividade e desempenho. A intensificação do controle e a responsabilização individual dos professores contribuem para a precarização das condições de trabalho e para a perda de autonomia pedagógica. Esse cenário evidencia que a mercantilização da educação não afeta apenas os estudantes, mas também os profissionais da educação, que se veem inseridos em um contexto de crescente pressão por resultados e de desvalorização de sua prática. Assim, a análise permite compreender que as transformações promovidas pelas políticas neoliberais atingem múltiplas dimensões do campo educacional.

Dessa forma, conclui-se que as políticas educacionais neoliberais têm contribuído significativamente para a subordinação da escola à lógica do mercado, promovendo a mercantilização da educação e ampliando desigualdades sociais. No entanto, esse processo não é absoluto nem irreversível, uma vez que a educação continua sendo um campo permeado por contradições e possibilidades de transformação. A superação desse cenário exige o fortalecimento de políticas públicas comprometidas com a equidade, bem como a construção de práticas pedagógicas críticas que resgatem o sentido público e emancipador da educação.

Portanto, a reflexão proposta neste estudo contribui para o aprofundamento do debate sobre os rumos da educação na contemporaneidade, evidenciando a necessidade de repensar o papel da escola frente aos desafios impostos pela hegemonia neoliberal. Reafirmar a educação como direito social implica reconhecer sua importância na construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária, na qual o conhecimento não seja tratado como mercadoria, mas como instrumento de emancipação humana.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/sHk4rDpr4CQ7gb3XhR4mDwL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2026.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 2014.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma agenda globalmente estruturada. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 423-460, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/bJbBCJS5DvngSvwz9hngDXK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2026.

FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xm7bSyCfyKm64zWGNbdy4Gx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2026.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SGUISSARDI, Valdemar. **Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil?** Campinas: Autores Associados, 2015.